

## PLANO DE ENSINO

<b>DISCIPLINA</b>	DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS EM MATÉRIA AMBIENTAL								
<b>DOCENTE</b>	BIANCA MEDEIROS								
<b>CÓDIGO</b>	GRDDIRELE296	<b>SEMESTRE</b>	2024.1	<b>PERÍODO</b>	6°/10°	<b>NATUREZA</b>	ELETIVA	<b>CARGA HORÁRIA</b>	60h

<b>EMENTA</b>	Estudo das políticas ambientais brasileiras e da construção do sistema de gestão ambiental nacional.								
<b>OBJETIVOS</b>	Discutir a evolução das políticas públicas ambientais brasileiras de forma a compreender: os principais atores que participaram da sua estruturação, o papel e o entrelaçamento das instituições estruturantes das políticas ambientais, as tensões presentes nas disputas sobre a agenda ambiental brasileira e o funcionamento dos principais instrumentos jurídicos e econômicos em matéria ambiental.								
<b>METODOLOGIA</b>	Aulas participativas com discussão de conceitos, contextos históricos e instrumentos jurídicos.								
<b>HABILIDADES</b>  Exigência MEC  CNE/CES nº 5, 18 de dezembro de 2018	X	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.							
		Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.							
		Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.							
		Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.							
		Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.							
		Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.							
	X	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.							
		Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.							
		Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.							
		Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.							
		Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.							
		Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.							
	X	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.							
X	Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.								
	Outras:								

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

<b>AULA</b>	<b>TEMA</b>
1	Apresentação do curso. Surgimento da questão ambiental no contexto internacional.
2	Políticas públicas e meio ambiente.
3	O surgimento nas políticas ambientais nacionais: enfoque utilitarista e as responsabilidades dispersas (1930-1970).
4	Anos 1970-1980: Pressões externas e a institucionalização da gestão ambiental no Brasil.
5	Os “grandes marcos”: A Política Nacional de Meio Ambiente e Constituição de 1988.
6	O licenciamento ambiental: principal instrumento ambiental em disputa.
7	Conceitos norteadores das políticas ambientais brasileiras: descentralização e governança.
8	Conceitos norteadores das políticas ambientais brasileiras: neoliberalismo.
9	Discussões em torno dos artigos a serem apresentados ao final da disciplina.
10	Áreas protegidas, matas e florestas: como evoluiu a “agenda verde”?
11	Águas doces: Brasil, um país azul?
12	Resíduos: uma pauta em construção.
13	Anos 2000 e 2010: contradições em tensão.

14	O processo de desmonte das políticas ambientais brasileiras: atores, interesses e estratégias
15	Retomada? Estratégias atuais em torno da construção das políticas ambientais brasileiras.
TRILHA	Advocacia Empresarial
	<input checked="" type="checkbox"/> Carreiras Públicas
	<input checked="" type="checkbox"/> Regulação
	Justiça e Sociedade
	Tecnologias
<b>CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO</b>	<p>Critérios de avaliação:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Apresentação de seminário.</li> <li>2. Artigo curto sobre um dos temas abordados na aula.</li> <li>3. Participação em aula:             <ol style="list-style-type: none"> <li>a. Participação nos debates em sala;</li> <li>b. Envio prévio de pergunta orientadora sobre os temas debatidos.</li> </ol> </li> </ol>
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	<p>BURSZTYN, Maria A.; BURSZTYN, Marcel. Fundamentos de Política e Gestão Ambiental: caminhos para a sustentabilidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.</p> <p>MOURA, Adriana M. de (Org.). Governança Ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2016.</p> <p>THEODORO, Suzi Huff (Org.). Os 30 anos da Política Nacional do Meio Ambiente: conquistas e perspectivas. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.</p>
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	<p>ACSELRAD, Henri. Sustentabilidade, território e desregulação no Brasil. <i>Confluências</i>, v. 5, p. 22-32, 2006.</p> <p>BARROS, Dalmo <i>et al.</i> Breve análise dos instrumentos da política de gestão ambiental brasileira. <i>Política e Sociedade</i>, v. 11, p. 155-179, nov./2012.</p> <p>FERREIRA, Marcus Bruno Malaquias <i>et al.</i> Política Ambiental Brasileira: análise histórico-institucionalista das principais abordagens estratégicas. <i>Revista de Economia</i>, v. 43, n. 2 (ano 40), mai./ago. 2016.</p> <p>GUSMÃO, Paulo Pereira de; PAVÃO, Bianca Borges Medeiros. (Des)Construção da Gestão Ambiental no Brasil: de Paulo Nogueira Neto (1973) a Ricardo Salles (2020). <i>AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política</i>, v. 2, nº 2, p. 218-277, 2020.</p> <p>PÁDUA, José Augusto (org.). <i>Ecologia e política no Brasil</i>. Rio de Janeiro: Iuperj, Espaço e Tempo, 1987.</p>